

Rodrigo Duarte da Luz

Enfermeiro, Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Simone Cristina Alves da Silva

Enfermeiro, Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Karina de Lima Soares Neri

Enfermeiro, Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Eluana Borges Leitão de Figueiredo

Enfermeira. Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde.

Docente em Enfermagem, Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Cleide Gonçalo Rufino

Enfermeira. Mestre em Enfermagem.

Docente em Enfermagem, Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Helena Portes Sava de Farias

Enfermeira. Mestre em Desenvolvimento Local.

Docente em Enfermagem, Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM

Rio de Janeiro – RJ

RESUMO

Transgênero é o termo genérico utilizado para descrever uma ampla gama de identidades, tais como: pessoas transexuais, travestis, aquelas que se identificam como terceiro gênero, as não binárias e outras cujas aparências e características são percebidas como atípicas do gênero. Neste contexto traçamos o seguinte objetivo deste estudo: Discutir estratégias utilizadas pelo Enfermeiro na promoção da construção do gênero da população transexual atendida na Atenção Básica de Saúde. Método: estudo de revisão bibliográfica, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa realizada nos meses de março a outubro de 2020. O levantamento de dados foi realizado por meio de busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os Descritores: Enfermagem; Pessoas transgênero; Identidade de gênero; Promoção da saúde. Para tanto, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no idioma português, no recorte temporal compreendido no período de 2015 a 2020 e disponibilizados sob forma de texto completo. Conclusão: Os 9 artigos incluídos nesta revisão, e os achados identificados no formulário pesquisa de opinião sem acesso a identidade, registrando apenas informações, apontou que as informações relacionadas a identidade de gênero não são possíveis ainda de ofertar uma assistência de qualidade focada em ações para o enfrentamento da discriminação, em todos os níveis de gestão do SUS. Diante de tamanha diversidade de modos de existir, nota-se que os serviços de saúde não estão preparados para o

acolhimento desse público fazendo que parte da população trans encontre barreiras organizacionais, técnicas e simbólicas representadas muitas vezes por discriminação e preconceitos, sendo necessário realizar Educação Permanente às trabalhadoras(es) da saúde para romper com a discriminação e preconceito.

Palavras-chave: Construção do gênero; população transexual; atenção básica

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos observa-se um crescimento do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, tranvestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT), reivindicando por direitos sociais e de saúde. Entretanto, no tocante à transexualidade, o cenário brasileiro atual tem suscitado diversas discussões que envolvem a temática da identidade de gênero e a formalização de políticas públicas, que garantam o acesso a ações e serviços de saúde. (FREIRE; ARAÚJO; SOUZA, 2013).

Segundo Brasil (2019) transgênero é um termo genérico utilizado para descrever uma ampla gama de identidades – incluindo pessoas transexuais, travestis, pessoas que se identificam como terceiro gênero ou outros termos não binários, e outros, cujas aparências e características são percebidas como atípicas do gênero.

Já Silva et al (2016) afirmam que a população trans (abreviação de transexual ou transexualidade) poderia ser definida como pessoas que vivem uma experiência entre gêneros, de modo que estariam entre os gêneros masculino e feminino. Para eles, a população trans é tida como pessoas pertencentes à um gênero oposto ao que lhes foram designados.

Transfobia é o nome que se dá à repulsa e/ou preconceito contra pessoas trans, gerando a discriminação e sofrimento nos diferentes momentos e espaços de suas vidas: na família, no ambiente escolar, nos ambientes sociais e no trabalho. A exclusão social causada pela transfobia é evidenciada pela realidade de menor nível de escolaridade, subemprego e prostituição a que estão sujeitas estas pessoas, principalmente em grandes cidades. As travestis ainda sofrem mais da estigmatização que as outras pessoas do coletivo LGBT por serem determinadas a modificar o corpo e manterem-se na ambiguidade entre o feminino e o masculino (PRIBERAM, 2017).

No campo da saúde, a vulnerabilidade de travestis e transexuais pode ser exemplificada pelos alarmantes índices de violência e assassinatos sofridos, pelos agravos relativos à saúde mental (p.ex.: depressão, tentativa de suicídio) e pela alta prevalência do HIV. Ademais, o estigma e a discriminação sexual têm sido apontados como importantes obstáculos ao acesso desse segmento social aos serviços de prevenção e cuidado (MONTEIRO; BRIGEIRO; BARBOSA, 2019).

As reformas em busca da cobertura universal devem assegurar que os sistemas de atenção à saúde contribuam para a equidade em saúde, para a justiça social e para o fim da exclusão social, movendo-se principalmente na direção do acesso universal e da proteção social em saúde (BRASIL, 2013).

A Atenção Básica (AB) ou Atenção Primária a Saúde (APS) – termos que neste artigo são utilizados como sinônimos – é a base organizadora e a porta de entrada prioritária dentro da rede de atenção à saúde (RAS) no país, cenário ideal para o cuidado continuado, longitudinal e coordenado dos indivíduos. Então, falar de travestilidade e transexualidade na perspectiva da APS é tornar visíveis questões que há pouco tempo eram desconhecidas pela população geral (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

Diante destas afirmações, percebe-se que o contexto da transexualidade e o contexto da construção do gênero, envolvem um âmbito complexo de ações e serviços que visam o respeito e a eliminação de barreiras que busquem a igualdade e o direito ao acesso a atenção primária a saúde.

Percebe-se o estigma e a discriminação sexual têm sido apontados como importantes obstáculos ao acesso desse segmento social aos serviços de prevenção e cuidado. Em função de tais problemas, a agenda de direitos de cidadania para esse segmento social inclui ainda demandas por uma atenção integral em saúde e acesso aos serviços livre de discriminação (MONTEIRO, BRIGEIRO, BARBOSA, 2019).

Silva et al (2015) também dissertam acerca da falta de preparo dos profissionais e da saúde em geral para o atendimento dessa demanda e levantam a vulnerabilidade da população trans às doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo o desenvolvimento de psicopatologias como depressão, ansiedade, entre outras, uma vez que não há uma atenção dos setores de saúde e em função da precariedade da vida em todos os setores sociais aos quais a maioria deles estão inseridos.

A relevância deste estudo propõe a promoção de estratégias que fortalecem a prática do cotidiano do cuidado da população transexual. O tema se torna crucial para uma pesquisa científica fazendo com que um estudo tenha um propósito de ser intencional para a compreensão desta vivência e entrelaçar possibilidade reais de mudança para a assistência de saúde e da prática profissional do Enfermeiro.

A relevância social caracteriza pelo respaldo adquirido pelos cursos de Enfermagem na sociedade, que ampliando o seu conhecimento e sua forma de produzir ciência, o profissional de Enfermagem poderá ser visto como um profissional capaz de atuar nas áreas da sociedade e do mercado atual, transcendendo os conceitos pré-concebidos.

Como contribuição, o estudo se propõe para o corpo de saberes da enfermagem, em relação a fundamentação dos estudos das ações educativas, que podem estar suscetíveis, bem como sua construção

direcionada nas características e peculiaridades dos clientes, favorecendo a agregação de qualidade e independência à vida desse grupo populacional.

Este estudo ainda pretende contribuir para uma reflexão acerca do modo que o cuidado deve ser voltado para as expressões vividas pelos sujeitos, onde a sociedade possa caminhar para o fim da divisão estrita de gênero, libertando as pessoas para se expressarem com mais liberdade, da forma que se sentirem melhor.

Devido a isso, é possível compreender a importância de dialogar com essa temática na graduação, para maior embasamento do profissional de saúde em sua prática laboral com essa população, tendo como objetivo de promover estratégias relacionada a educação em saúde. Sendo assim, levanta-se as seguintes questões norteadoras: Como se percebe o contexto educação em saúde e a transexualidade? Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela população transexual no atendimento integral a saúde na atenção básica? Quais são as estratégias utilizadas pelo Enfermeiro na promoção da construção do gênero da população transexual?

Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos: Discutir estratégias utilizadas pelo Enfermeiro na promoção da construção do gênero da população transexual; descrever o contexto educação em saúde e a transexualidade? Analisar as principais dificuldades enfrentadas pela população transexual no atendimento integral a sua saúde na atenção básica.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A TRANSEXUALIDADE

A educação em saúde, que é caracterizada por ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, está presente em todos os níveis de atenção à saúde e preza por uma ótica que está além da dimensão curativa. Ocorre a interação entre os conhecimentos científicos e as experiências das pessoas frente ao processo saúde doença (ROSSI; TEIXEIRA, 2011).

O educador por meio do diálogo educa e é educado concomitantemente. O educando, por sua vez, é educado e educa. Tanto o educador quanto o educando são sujeitos do processo e crescem juntos, além de não haver autoridades do saber (FREIRE, 2013).

Corroborando com as citações em relação a educação em saúde, Fernandes (2017), relata que a educação em saúde não é apenas um repasse de informações, é a comunhão de tempo e energia, possibilitando captar as informações por meio de todos os sentidos (auditivo, visual, olfativo, sinestésico e gustativo) e identificar qual o sentido mais disponível e acreditar no cuidado ao outro como ele é; encorajando as pessoas a questionar os problemas do dia-a-dia, e a se tornarem capazes de realizar ações em saúde e que valorize suas próprias experiências e o atendimento humanizado, lembrando que o direito à saúde é uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira, que propiciam condições dignas.

Em outro estudo lido pelo grupo, os autores Miranda et al (2017), citam que a educação em saúde é o melhor veículo para orientar sobre a saúde sexual. Com ela, é possível unir as informações científicas à prática popular. Por não se sentirem acolhidos no serviço assistencial à saúde, esse grupo não procura informações fidedignas, se automedicam e se tornam susceptíveis a várias patologias, e em relação a existência de discursos homofóbicos nas condutas dos profissionais de saúde.

Segundo Freire “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. O educador é educado enquanto dialoga com o educando. Este, ao ser educado também educa. Portanto, ambos são sujeitos do processo ensino aprendizagem (FREIRE, 2013), não se pode ignorar que intervir junto às pessoas que trabalham sexo, dentre elas a população trans, a partir de programas de educação em saúde.

O que gostaríamos de falarmos sobre educação em saúde com o público transexual, e que esse cuidado destinado a essa população, não deve ficar restrito, apenas aos níveis de atenção secundária e terciária, eles precisam ser acompanhados principalmente pela atenção primária, no qual irá fortalecer os laços da prevenção das doenças e promoção da saúde, por meio de atividades de educação em saúde, que devem ser garantidas a todos os usuários, assim como na lei 7.498 de 25 de julho de 1986. Dentro deste contexto, cabe aos gestores, tanto a promoção de uma educação em saúde de caráter permanente para aqueles profissionais que já estão na assistência e muitas vezes não sabem como intervir ao ter contato com um paciente transexual (SILVA, et al, 2012).

As práticas de educação em saúde podem propiciar a expansão ou a captura de novos modos de vida, nesse caso, assim, parte-se da ideia de que os vínculos estabelecidos entre as pessoas atendidas e os profissionais que lhes prestam cuidado podem ser determinantes na constituição de uma relação de confiança entre os usuários e os serviços de saúde, e, também, no modo como esses usuários irão se relacionar com as políticas públicas de saúde, um cuidado para além do padrão biomédico, tendo também como propósito a transposição do imperativo da heteronormatividade, ainda muito presente no cotidiano dos serviços de saúde, caracterizado como um trabalho vivo, em ato, no qual se torna favorável a construção de importantes vínculos terapêuticos (OLIVEIRA; ROMANINI, 2020).

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO TRANSEXUAL NO ATENDIMENTO INTEGRAL A SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, garante às mulheres transexuais, às travestis e aos homens trans o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), tanto

na rede de atenção básica como nos serviços especializados. A ampliação do acesso a essa população aos serviços de saúde do SUS passa pelo respeito ao nome social e pelo enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2011).

Quando discutirmos as dificuldades enfrentadas pela população transexual na unidade de saúde, é possível identificar em um estudo com uma abordagem qualitativa por meio de entrevista semiestruturada, apontaram no resultado do estudo o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador como principais limitações no acesso ao sistema de saúde, chegando a seguinte conclusão da importância de elaborar programas de educação e campanhas permanentes sobre o direito de acesso ao sistema de saúde livre de discriminação e com uso do nome social (ROCON et al, 2016).

Entendendo que o SUS poderá tornar-se um importante instrumento de promoção da cidadania das pessoas trans na medida em que efetivar a universalidade do acesso – buscando superar seus impedimentos–, a integralidade da atenção – ofertando, de forma articulada e contínua, os serviços que permitam enfrentar os determinantes e os condicionantes da saúde e do adoecimento – e a equidade – considerando as questões próprias à saúde das pessoas trans (ROCON et.al, 2016).

Importante valorizar o potencial dos sujeitos e o respeito às suas individualidades, os serviços de saúde tendem a ganhar com as práticas mais humanizadas, respeitosas e com a criação de lideranças, que independem das convenções sociais e respeitabilidade e enfrentamento das diferenças (BORGES et.al, 2017).

Entre os fatores limitantes para o acesso destacam-se a baixa acessibilidade, sistema fragmentado, focalizado e não integral, ausência de equidade e acolhimento, ausência de descentralização e regionalização da atenção. Por acessibilidade se entende a distância e localização entre serviços de saúde e os usuários, as barreiras geográficas, tempo para o deslocamento e custos implicados, bem como a oferta de serviço e profissionais qualificados para a atenção desejada (ASSIS; JESUS, 2012).

Outra dificuldade encontrada em relação à discriminação nos serviços de saúde, estão relacionadas desde as questões de identidade de gênero e orientação sexual nos currículos dos cursos de saúde, técnicos e superiores, pois poderá comprometer capacitação dos profissionais para lidar com o público específico, sobre as questões de gênero, com enfoque do uso do nome social como ferramenta para a inclusão de travestis e transexuais em seus processos de cuidados em saúde. Cabe, portanto, aos profissionais de saúde e dos gestores buscar a eliminação do preconceito, discriminação e da burocracia para o uso do nome social, agindo como facilitadores no processo de cumprimentos do direito em saúde (SILVA et al, 2017).

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL

A transexualidade é uma realidade e deve ter suas necessidades de cuidados atendidas, devendo o profissional enfermeiro ser capaz de desenvolver práticas educativas, de acolhimento, que ultrapasse a visão de cura da doença, da visão patológica e do modelo biomédico. Para isso sua prática deve ser fundamentada em conhecimento científico de maneira que o cuidado possibilite a melhoria da saúde do indivíduo e da comunidade. O protagonismo do enfermeiro durante as consultas de enfermagem possibilita a promoção da educação em saúde, que no contexto do cuidado e das orientações objetiva prestar uma assistência integral e humanizada, pautada nas políticas públicas, principalmente na política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (SOUZA; ANDRADE, 2018).

Quanto as necessidades e propostas trans a primeira delas se refere à formação profissional em saúde. A diversidade de gênero e sexual deve ser abordada tanto na graduação quanto nas especializações médicas e de outras carreiras da saúde. Faz-se necessário que o profissional médico esteja acostumado com o tema, e que saiba manejar os problemas dessa população de forma integral, lembrando da importância das subjetividades, do entendimento da discriminação e da estigmatização no processo de saúde adocimento das pessoas (PEREIRA; CHAZAN, 2019).

Em contraponto, um estudo evidenciou que não são desenvolvidas ações de assistência à saúde direcionadas ao atendimento das travestis. As poucas iniciativas que se apresentaram ocorreram de maneira isolada e fragmentada a partir de iniciativas individuais de alguns enfermeiros. Este fato, certamente, dificulta o acesso das travestis aos serviços e aos recursos de saúde oferecidos na APS, resultando em falta de resolutividade de suas demandas de saúde/doença (SEHNEM et al, 2017).

Os mesmos autores salientam-se que em relação à Enfermagem, essa categoria tem um papel fundamental na efetivação das políticas públicas, pois o enfermeiro é capaz de ser agente de transformação social na comunidade e no serviço de saúde. Sugere-se que a Enfermagem absorva a discussão relacionada à diversidade de gênero, corpo e sexualidade, partindo do reconhecimento que esta temática interfere diretamente nas formas de cuidado da população.

Por isso, é preciso estar atento para o respeito a essas diferenças no sentido de legitimar o direito das pessoas. A mudança de concepção reconhecendo que a sexualidade é diversa e as pessoas têm o direito de se expressarem e o incômodo em relação a diferença, é que precisa ser tratado porque geram violências, agressões pelo que o outro é (SOUZA e ANDRADE, 2018).

Deve-se garantir à pessoa trans acesso à todas as tecnologias de cuidado disponíveis na APS e na RAS, isso inclui: consultas médicas, enfermagem e dentista, assim como coleta de exames de rotina (hemograma,

Papanicolau, mamografia, PSA, controle da pressão arterial, controle glicêmico etc.). Especial atenção deve ser dada à saúde mental, são descritos altos índices de ansiedade, depressão e uso de substâncias. Além de uso indiscriminado de hormônio e violência (WPATH, 2011; The Center of Excellence for Transgender Health, 2017).

Instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, o Processo Transexualizador realizado pelo SUS garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso à hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social (BRASIL, 2011).

METODOLOGIA DO ESTUDO

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa realizada nos meses de março a outubro de 2020. O levantamento de dados foi realizado por meio de busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os Descritores: Enfermagem; Pessoas transgênero; Identidade de gênero; Promoção da saúde. Para tanto, foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no idioma português, no recorte temporal compreendido no período de 2015 a 2020 e disponibilizados sob forma de texto completo. Os critérios de exclusão foram: artigos repetidos e que não atendiam ao objetivo do estudo e os pacientes não eram do gênero mulher.

Foi realizado a construção de um questionário construído pelo documento do Google formulário constando de 12 questões, enviado o formulário para população de gênero Trans através de um link, sendo explicado que o formulário se tratava de uma pesquisa de opinião sem acesso a identidade, registrando apenas informações que serão transformadas em dados quantitativos. Nos resultados tendo uma amostragem de 18 participantes que responderam às perguntas:

1. Título da pergunta: Em sua opinião, qual serviço de saúde atende melhor as necessidades da população trans?
2. Quando você precisa acessar os serviços de saúde, o que você mais busca?
3. Em sua opinião, você se sente acolhido/a pela equipe de saúde, através dessas opções de respostas: Muito acolhido/a pouco acolhido/a. Nenhum pouco acolhido/a.
4. Ao ser atendido/a, você percebe alguma transfobia por parte de alguém da equipe de saúde? Sendo possível identificar que essa percepção é mediana:
5. Sempre é chamado/a pelo nome social?
6. Você tem cartão do SUS com o seu nome social?

7. Em sua opinião, enfermeiros /médicos estão preparados para abordar questões que envolvem modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual?

8. Já teve alguma consulta pelo enfermeiro /médico da unidade sobre questões que envolvem exames para prevenção de câncer de próstata ou atendimento ginecológico?

9. Em sua opinião os serviços de saúde orientam ou encaminham satisfatoriamente aos serviços especializados em Processo Transexualizador?

10. Em sua opinião, os serviços de saúde produzem mais acesso ou mais barreira para a população trans?

11. Em algum momento de sua vida, já foi cuidado/a por algum enfermeiro/a?

12. Em sua opinião, as informações de saúde dadas pelos profissionais, considerando sua identidade de gênero, são satisfatórias?

RESULTADOS

1. Título da pergunta: 1Em sua opinião, qual serviço de saúde atende melhor as necessidades da população trans?

Lembrando que a Atenção Básica em Saúde é o componente da Rede de Atenção à Saúde (RAS) responsável pela coordenação do cuidado e por realizar a atenção contínua da população que está sob sua responsabilidade, adstrita, além de ser a porta de entrada prioritária do (a) usuário (a) na rede.

1Em sua opinião, qual serviço de saúde atende melhor as necessidades da população trans?

18 respostas

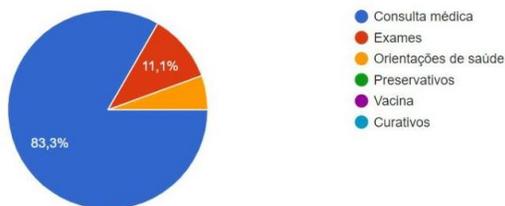


2. Quando você precisa acessar os serviços de saúde, o que você mais busca?

Tendo uma análise estatística que 83 % a maioria dessa população busca serviço de saúde através de uma consulta médica e 11% buscam a unidade de saúde para realizar exames.

2-Quando você precisa acessar os serviços de saúde, o que você mais busca?

18 respostas

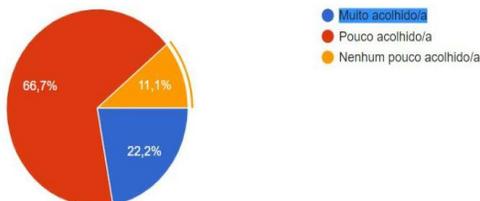


3. Em sua opinião, você se sente acolhido/a pela equipe de saúde, através dessas opções de respostas: Muito acolhido/a Pouco acolhido/a. Nenhum pouco acolhido/a.

De acordo com a Portaria 457/2008, que regulamenta o PT, “os encaminhamentos intermunicipais [...] devem ser feitos com a anuência das respectivas secretarias municipais ou estaduais de saúde” O município deve oferecer, em sua rede pública, um fluxo de atendimento às pessoas transexuais, elas são encaminhadas, por meio de veículos da SMS.

3-Em sua opinião, você se sente acolhido/a pela equipe de saúde?

18 respostas

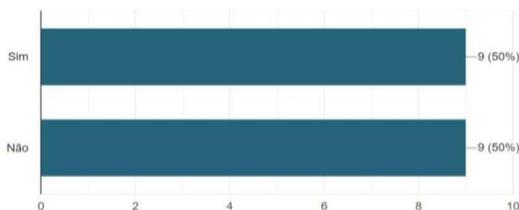


4. Ao ser atendido/a, você percebe alguma transfobia por parte de alguém da equipe de saúde? Sendo possível identificar que essa percepção é mediana:

O Ministério da Saúde garante às mulheres transexuais, às travestis e aos homens trans o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), tanto na rede de atenção básica como nos serviços especializados. A ampliação do acesso a essa população aos serviços de saúde do SUS passa pelo respeito ao nome social e pelo enfrentamento à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

4- Ao ser atendido/a, você percebe alguma transfobia por parte de alguém da equipe de saúde?

18 respostas

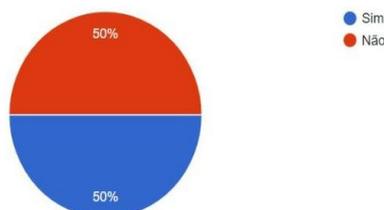


5. Sempre é chamado/a pelo nome social?

Lembrando que de acordo o DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016 nome social pela Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5- Sempre é chamado/a pelo nome social?

18 respostas



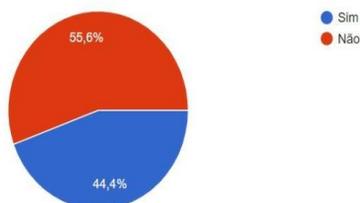
6. Você tem cartão do SUS com o seu nome social?

Nessa análise estatística fica com resultado mediano. Dia Nacional da Visibilidade Trans, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) lembra que travestis, mulheres e homens transexuais têm direito de serem tratadas (os) pelo nome social e incluí-lo nos prontuários.

e nos demais formulários utilizados pelos serviços de saúde. É um direito garantido pela Carta dos Direitos dos Usuários do SUS e pela Lei Municipal nº 7859/2010.

6- Você tem cartão do SUS com o seu nome social?

18 respostas

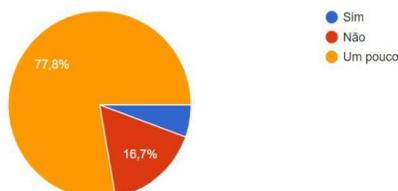


7. Em sua opinião, enfermeiros /médicos estão preparados para abordar questões que envolvem modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual?

O profissional de saúde deve estar capacitado para realizar um cuidado centrado na necessidade de saúde do sujeito, focado na dignidade de ser humano, pois cuidar bem da saúde de cada um, faz bem para todos.

7- Em sua opinião, enfermeiros /médicos estão preparados para abordar questões que envolvem modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual?

18 respostas

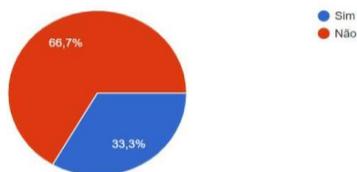


8. Já teve alguma consulta pelo enfermeiro /médico da unidade sobre questões que envolvem exames para prevenção de câncer de próstata ou atendimento ginecológico?

Conforme preconizado pelo Ministério da Saúde a população, que é fundamental lembrar que as práticas de cuidado devem partir do reconhecimento do direito à orientação sexual e à identidade de gênero de todas as pessoas, e que travestis e mulheres transexuais, mesmo quando já realizaram modificações corporais e/ou cirurgias de redesignação sexual, têm indicação de realizar exames para prevenção de câncer de próstata. Já os homens trans podem necessitar de atendimento ginecológico, tanto de caráter preventivo, como para o tratamento de problemas habituais dessa especialidade.

8- Já teve alguma consulta pelo enfermeiro /médico da unidade sobre questões que envolvem exames para prevenção de câncer de próstata ou atendimento ginecológico?

18 respostas



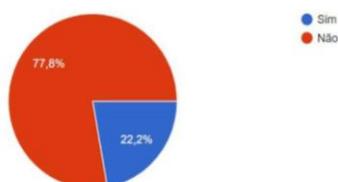
9. Em sua opinião os serviços de saúde orientam ou encaminham satisfatoriamente aos serviços especializados em Processo Transexualizador?

As Unidades Básicas de Saúde devem realizar o acolhimento, o cuidado, o acompanhamento e, quando necessário, conforme identificação prévia de suas demandas, o encaminhamento aos serviços especializados no Processo Transexualizador (Atenção Especializada). -Os serviços especializados no Processo Transexualizador (Atenção Especializada) devem realizar o acolhimento, o cuidado, o acompanhamento dos (as) usuários (as) com demanda no Processo Transexualizador, para realização de procedimentos ambulatoriais e/ou cirúrgicos, contemplados pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.

Sendo possível identificar na pesquisa que 77,8% os serviços de saúde não orientam ou encaminham satisfatoriamente aos serviços especializados em Processo Transexualizador.

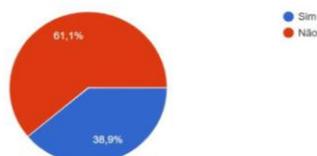
9- Em sua opinião os serviços de saúde orientam ou encaminham satisfatoriamente aos serviços especializados em Processo Transexualizador?

18 respostas



12- Em sua opinião, as informações de saúde dadas pelos profissionais, considerando sua identidade de gênero, são satisfatórias?

18 respostas



CONCLUSÃO

A presente revisão bibliográfica, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa possibilitou analisar a produção científica nacional sobre atuação do enfermeiro na promoção da construção do gênero da população transexual na atenção básica e a geração de evidências científicas sobre práticas de cuidado a esta específica população. Também identificou alguns elementos importantes que devem nortear estas práticas, para os profissionais de enfermagem, e todos os profissionais engajados neste cuidado, incluindo gestores e profissionais de outras áreas.

Com base no que foi analisado ficou evidenciado que a educação permanente é uma ferramenta de transformação para embasar as boas práticas do profissional enfermeiro e a equipe multidisciplinar com objetivo de romper com a discriminação e preconceito, tendo as ações de saúde centrado no indivíduo.

Os achados identificados no formulário pesquisa de opinião sem acesso a identidade, registrando apenas informações que foram transformadas em dados quantitativos, apontou que as informações relacionadas a identidade de gênero não são possíveis ainda de ofertar uma assistência de qualidade focada em ações para o enfrentamento da discriminação, em todos os níveis de gestão do SUS. Reforçando ainda que no serviço de saúde deve focar suas práticas relacionado ao problema do indivíduo, e o cuidado centrado na pessoa, na família, no valor, e no cuidado integral.

O enfermeiro deverá utilizar o acolhimento como ferramenta para implementação do cuidado. Oferecer acesso à saúde, atenção integral, promovendo a longitudinal idade e coordenação do cuidado, com a oportunidade de conhecer o contexto de vida do indivíduo.

Conclui-se que é fundamental que a toda a equipe de saúde conheça as informações relacionadas aos conceitos que envolvem as questões de gênero, fluxos e a rede de atenção à pessoa trans.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F.A, et al. A relação entre a enfermagem e a transexualidade. **Rev. de trabalhos acadêmicos – universo Belo Horizonte**, VOL. 1, NO 2 (2017). <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=>

ASSIS M.M.A.; JESUS W.L.A. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelos de análise. **Revista. Ciênc. Saúde Coletiva**. 2012;17(11):2865-75. Disponível: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012001100002&script.> Acesso em: 14/05/2020.

O programa de educação pelo trabalho para a saúde. **Rev. conexao UEPG**. Ponta Grossa, v. 13 n.2 maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 2.803**. Diário Oficial da União. 19/11/2018.

_____. Ministério da Saúde. **Atenção integral a saúde da população trans**. 2011. Disponível em: www.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-.pdf

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

CECÍLIO, L.C.O. **As necessidades como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde**. 2006. Disponível em: http://www.uff.br/pgs2/textos/Integralidade_e_Equidade_na_Atencao_a_said_e_Prof_Dr_Luiz_Cecilio.pdf

FERNANDES, B. Educação popular em saúde LGBTTT: um diálogo da sociedade civil com os Postos de Saúde em Goiânia. **Rev. Tempus, actas de saúde colet**. Brasília, 11(1), 29-39, mar, 2017. Disponível: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/03/880236/lgbt-2.pdf>

FREIRE, E. C.; ARAUJO, F.C.A.; SOUZA, Â.C; Marques, D. A clínica em movimento na saúde de TTTS: caminho para materialização do SUS entre travestis, transexuais e transgêneros. **Saúde em Debate**. 2013; 37: 477–484.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MENDES, K.S.; SILVEIRA, R.C.C., GALVÃO, C.M. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso: 27/05/2020.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R.M. Saúde e direitos da população trans. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n. 4, e00047119, 2019
Available:from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2019000400201&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Mar. 2020. Epub Apr 08, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00047119>.

World Professional Association for transgender Health, 2011.

Disponível

em:

file:///C:/Users/Acer/Downloads/SOC%20-%20Portuguese%20(1).pdf

OLIVEIRA, I.; ROMANINI, M. (Re) escrevendo roteiros (in) visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.1, e170961, 2020. Disponível: <https://scielosp.org/pdf/sausoc/2020.v29n1/e170961/pt>. Acesso: 18/05/2020.
PRIBERAM. **Priberam Informática**; 2017. Disponível: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/996051/1795-10932-1-pb.pdf>. Acesso: 16 maio 2020.

POPADIUK G.S.; OLIVEIRA D.C.; SIGNORELLI M.C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 2017;22(5):1509-20. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.32782016>

RONCO, P.C. et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, 21(8):2517-2525, 2016. <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2517.pdf>

ROGER, T.S.; MORETTI; KOVALESKI. D.F. Pessoas Trans na Atenção Primária: análise preliminar da implantação no município de Florianópolis, 2015. **Sau. & Transf. Soc.**, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.7, n.3, p.49-58, 2016.
Disponível:<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/viewFile/4276/4647>

ROSSI, E. G. R.; TEIXEIRA, E. **Educação em saúde é ato de cuidar entre pessoas: Representações sociais de agentes comunitários em Benevides-PA**. Pará: Novas Edições Acadêmicas, 2011.152 p.

SILVA, A. J. et al. Os serviços de saúde e as experiências de travestis e transexuais. **Anais do Seminário Enlaçando Sexualidades**. Salvador, Bahia. 2016.

SILVA, L.K.M. et al. Uso do nome social no sistema único de saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Revista de Saúde Coletiva** Jul-Sep 2017. Disponível: www.scielosp.org/article/physis/2017.v27n3/835-846/
Acesso: 25/05/2020.

SILVA, C.J.C. et al. A transexualidade no contexto da enfermagem: uma revisão integrativa. **Anais do V Seminário de Internacional Enlaçando Sexualidades**.2012.

Disponível: editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos. Acesso em: 18/05/2020.

SOUZA, K.R.F.; ANDRADE, C.A.A. **Acolhimento do enfermeiro à população transexual: relato de experiência.** 2018. http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV_112_MD1_SA9_ID105_09052018201856.pdf

SEHNEM G. D, et al. assistência em saúde às travestis na atenção primária: do acesso ao atendimento. **Rev enferm ufpe on line.**, recife, 11(4):1676-84, abr., 2017.

PEREIRA, L. B.C.P.; CHAZAN, A.C.S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de medicina, família e comunidade.** 2019. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/996051/1795-10932-1-pb.pdf>